

O FRACASSO ANUNCIADO

Philippe Hamelin¹

RESUMO — Análise das diferentes fases da evolução de um Distrito, hoje Município da Transamazônica, desde os primórdios da colonização até hoje. Consta-se que apesar das dificuldades e instabilidades provocadas pelas mudanças políticas e pela flutuação dos preços agrícolas, a região cresceu de maneira significativa, contradizendo os prognósticos pessimistas dos estudiosos. Porém, à semelhança de outras partes da Amazônia, está enfrentado, hoje, uma crise que exige uma forte reestruturação. São propostas diversas hipóteses ou cenários possíveis, que dependem tanto de decisões políticas, como da capacidade da sociedade local de organizar-se e adaptar-se às novas exigências.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Transamazônica, Colonização, Planejamento, Desenvolvimento.

ABSTRACT — The different phases in the evolution of a "Distrito" (Country) along the Transamazon Highway are analyzed, from its beginnings as a colony to the "Município" (Municipality) of today. In spite of difficulties and instabilities imposed by political changes and the oscillation of agricultural prices, the region has experienced significant growth, contrary to the negative predictions of many researchers. As in other parts of the Amazon, however, this area is now facing a crisis that requires of it a serious restructuring. Several hypotheses and possible scenarios are proposed, that depend not only on political decisions, but also on the local community's abilities to organize and adapt itself to the new demands.

KEY WORDS: Amazonia, Transamazon Highway, Colonization, Planning, Development.

INTRODUÇÃO

Apesar do fracasso, tantas vezes anunciado desde o início dos anos 80, da colonização ao longo da Transamazônica, as 100.000 famílias que o Estado sonhava implantar² entre 1972 e 1976 já aí vivem, e a população continua a crescer a um

¹ ORSTOM — Museu Paraense Emílio Goeldi/DCH.

² De Itaituba a São João do Araguaia: o conjunto dos municípios atravessados pela Transamazônica no Pará (Tabela 1).

Tabela 1 — População dos Municípios atravessados pela Transamazônica no Pará entre 1970 e 1987

	CENSO 70 IBGE	CENSO 80 IBGE	ESTIMAÇÃO 85 IBGE	ESTIMAÇÃO 87 IDESP
Itaituba	13.682	39.829	80.834	187.833
Aveiro	8.872	12.914	15.236	16.434
Prainha	12.358	46.481	62.570	113.084
Porto de Moz	7.488	12.201	14.291	18.130
Altamira	15.428	49.020	84.146	101.088
Sen. José Porfírio	3.044	6.565	8.300	10.889
Portel	16.438	43.683	58.341	84.000
Tucuruí	10.081	87.265	84.326	218.316
Itupiranga	5.368	15.640	23.008	33.160
Jacundá	2.229	15.179	21.847	58.000
Marabá	24.798	72.530	133.559	184.060
São João do Araguaia	15.348	36.356	42.293	64.757
Total	135.125	417.663	608.862	1.008.692
Taxa de crescimento	11,3%	7,8%		27%
Taxa de crescimento entre 80 e 85 — Estimação IBGE 7,8%				
Taxa de crescimento entre 80 e 87 — Estimação IDESP 13,4%				

Nota: De acordo com os dados do IBGE, a expansão da fronteira ao longo da Transamazônica está desacelerando. E o contrário se levar em conta os dados do IDESP. Isto mostra a fragilidade dos dados quantitativos na Amazônia. A população de Tucuruí parece superestimada pelo IDESP, enquanto a população de Marabá é subestimada pelos dois órgãos, se compararmos seus dados com os da SUCAM, que avaliava a população de Marabá em 292.000 h em 1986. É impossível decidir atualmente quem tem razão. Só o censo de 1990 poderá fornecer dados mais confiáveis. Porém, mesmo se for aceita a estimativa baixa do IBGE, é difícil afirmar que a fronteira está em recesso quando sua população aumentou quase 50% em cinco anos.

ritmo de 10%, às vezes 15% ao ano em certos setores³. Se os primórdios da colonização foram laboriosos e difíceis, é devido em grande parte ao tipo mesmo da colonização que, contrariamente à do Centro-Oeste — caracterizado pela expansão marginal a partir de centros pré-existentes — realizou-se através da construção de um eixo rodoviário de leste a oeste, cortando o coração da Amazônia, e do desenvolvimento de centros (Altamira, Itaituba, Marabá) que foram anteriormente bases de apoio à atividade extrativa. O meio natural constitui outra diferença: pode-se comparar a facilidade da penetração da savana às dificuldades da floresta equatorial densa? Se o desenvolvimento da região foi lento a princípio, suas possibilidades futuras são importantes:

— *No setor agrícola* em que a substituição da força de trabalho pelo capital (Lena 1988) é dificultada pelo meio ambiente e pelo tipo de produção (cacau, pimentão-reino, café, dendê, etc.), exceção feita à criação de gado, pouco rentável no entanto (Hamelin 1988a); e no qual os trabalhadores rurais, cada vez melhor organizados, opõem-se mais e mais aos grandes latifundiários.

— *No setor industrial*, em que riquezas minerais e energéticas deram impulso à indústria pesada (siderurgia, fábrica de alumínio).

Tabela 2 — Crescimento Médio Anual do Município de Uruará

	CIDADE DE URUARA		MEIO RURAL		TOTAL	
	Nº	CRESC. ANUAL	Nº	CRESC. ANUAL	Nº	CRESC. ANUAL
1983	1825		9632		11457	
1984	2666	46%	10669	10,8%	13335	16,4%
1985	4561	70%	12319	15,4%	16870	26%
1986	6147	35%	14382	16,8%	20529	21%
Crescimento Médio Anual	50%		14,3%		21%	

(Os dados acima são a síntese dos dados recolhidos pela SUCAM, durante uma pesquisa em 1986, e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1984).

³ Ver as Tabela 1 e 2. Os dados da SUCAM estabelecem para o município de Marabá um índice de crescimento anual de 25% entre 1980 (72.000 habitantes, Censo IBGE) e 1986 (292.000 habitantes — SUCAM), enquanto que o mesmo índice cai para 12% segundo as estimativas do IBGE. Neste último caso, trata-se da simples projeção das tendências observadas entre 1970 e 1980, sem levar em conta o impacto da descoberta de Serra Pelada e do Projeto Carajás. Outra fonte de erro é encontrada a nível das noções de população residente e população presente.

Esses dois pólos (combinados à exploração racional da floresta, à extração aurífera, e ao desenvolvimento de outros setores, como o turismo e as plantas medicinais) podem formar a base de sustentação econômica de um desenvolvimento e crescimento sem precedentes nessa região. O forte potencial econômico da Amazônia é totalmente insuficiente, no entanto, para gerar um verdadeiro desenvolvimento, a não ser que se estabeleça um consenso social mínimo a respeito de para quem, por que e como desenvolver. Este consenso deve possibilitar a resolução de temas polêmicos como os conflitos entre interesses nacionais e regionais, industrialização e preservação ecológica, redistribuição da riqueza e investimento, etc.

A. HISTÓRIA DA FRONTEIRA

Só se pode analisar a fronteira amazônica numa perspectiva histórica através de uma análise de sua dinâmica.

As análises sincrônicas sob a dupla restrição das brutais variações observadas e da precária qualidade dos dados disponíveis podem conduzir a interpretações equivocadas e mesmo, a contra-sensos.

O importante é ver se as diferentes fases sociais e econômicas são simples ciclos que vão do ponto zero até o ponto zero ou, ao contrário, constituem etapas da estruturação espacial e social da Amazônia.

1. *A ruptura de 1970*

Em 1970 a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) provoca uma dupla ruptura: ruptura do modelo social que, desde a chegada do colonizador português, caracterizava o modo de ocupação da Amazônia; ruptura no modelo da expansão da fronteira no Brasil ⁴.

1.1. *A ruptura social*

A história da colonização da Amazônia se confunde com a dos ciclos econômicos: drogas do sertão, borracha, castanha-do-Pará. O extrativismo vegetal, entrecortado, nas fases de crises, de tentativas de colonização agrícola, domina a atividade econômica.

O fracasso das diferentes tentativas pode-se prestar a explicações econômicas e/ou políticas, mas a causa deste mau êxito deve ser procurada no modelo social. Não se pode basear a conquista de um espaço como a Amazônia na desvalorização do homem, na sua redução à condição de quase escravo. Uma tal estrutura social era adaptada à gerência de uma sociedade em estagnação.

⁴ Uma característica importante desse novo modelo foi a civilização da estrada, que surgiu com estrondo na civilização do rio. Será isso um fator importante ou não? Terá isso algum significado simbólico de ruptura com o colonizador português agarrado à costa e à beira do rio? (Moog 1985).

Neste contexto, o programa de colonização de 1970 estará em ruptura total com tudo o que antecedeu. É a primeira vez na história da Amazônia, desde o começo da colonização portuguesa, que a conquista se baseia num novo contrato social. A Amazônia é oferta ao homem livre, ao camponês sem terra, ao cidadão marginal, em toda propriedade. Pela primeira vez, o homem não é mais o componente secundário que vai rentabilizar o capital, é o capital que é colocado à disposição do homem. O objetivo é criar uma classe média de camponeses; a utopia de construir uma sociedade igualitária na periferia de um Brasil que, em pleno milagre econômico, fomenta sem perceber uma sociedade cada vez mais desigual. É difícil dizer se isso foi um lapso, um concurso de circunstâncias ou uma tropeçada da oligarquia burguesa que o levou ao poder, mas o regime militar, não querendo ou não podendo enfrentar a oligarquia do Nordeste, vai investir na Amazônia para beneficiar desfavorecidos. Ele lhes construirá estradas, distribuirá terras, doará casa e condições para sobreviver no começo. Ao camponês, ele dá a terra para que este pioneiro corajoso construa o Brasil de amanhã. A terra não é mais um bem de capital como convém ao economista ou ao latifundiário, mas sim um instrumento de trabalho.

Este projeto durou pouco tempo. Desde 1974 a colonização dirigida está quase abandonada (Ianni 1979). Após esta data, tenta-se restabelecer o equilíbrio através do financiamento ao grande capital para valorizar a Amazônia; mas o impulso foi dado, o mito está criado, a Amazônia é a terra onde cada um tem sua chance, é a terra onde o pequeno pode desafiar o grande, o “coronel” não encontra mais aí o seu lugar ⁵.

1.2. Descontinuidade espacial da expansão da fronteira no Brasil

Antes de 1970, o avanço da fronteira se realizava por transbordamento, e sua expansão era contínua, apoiando-se sobre as bases anteriores. A criação da Transamazônica, no coração da floresta, e o destaque inicial sobre o PIC Altamira produzirão um projeto de natureza diferente. É como se diante da imensidão da Amazônia e das dificuldades de penetração o poder quisesse colocar em seu centro uma carga explosiva para quebrá-la em pedaços e facilitar sua conquista; isto em oposição à estratégia de “corrosão das margens” que havia prevalecido até então no Brasil. Esta modificação de estratégia (esta vontade talvez de acelerar a história) vai obrigar a desenvolver um projeto gigantesco, sem comparação com aquele que havia sido empreendido anteriormente.

Foi necessário criar um novo centro no coração da Amazônia e conectá-lo graças à realização de enormes infra-estruturas, sem poder se apoiar em bases anteriores.

Depois desta ruptura na continuidade espacial da fronteira brasileira, qual é a natureza da fronteira? A fronteira é somente econômica? É também demográfica? Assistimos a uma simples reprodução do modelo social ou à emergência de uma nova forma de sociabilidade?

⁵ Nos conflitos sangrentos que opõem os “fazendeiros” e os “posseiros”, os últimos nem sempre saem perdendo.

2. A região de Uruará

A superfície do distrito é desconhecida: os limites Leste-Oeste estão determinados, mas nenhuma demarcação foi feita ao Norte ou ao Sul. O INCRA demarcou e distribuiu 600.000 ha no interior do distrito. Os colonos “pequenos” ou “grandes”, ampliaram ainda esta área já importante em pelo menos 150.000 ha. A população do distrito antes da abertura da Transamazônica em 1970 era oficialmente de 0 (zero) habitantes. Entretanto, a descoberta de 80 índios ARARA em 1980 e, depois, o contato em setembro de 1987 com um outro grupo Arara com cerca de 100 indivíduos, permite estimar entre 300 e 1.000 indivíduos a população original. Em abril de 1986, segundo nossas estimativas, a população alcançava entre 19.000 e 21.000 indivíduos (19.300 segundo a SUCAM). Cerca de 4.100 lotes de terra foram demarcados e atribuídos. (Fonte: INCRA; 3.750 Lotes de 100 ha, 250 lotes de 500 ha, 30 lotes de 3.000 ha). O número de estabelecimentos agrícolas em 1986, segundo minhas estimativas, devia situar-se entre 1.600 e 2.000, levando-se em conta os lotes não explorados por falta de acesso, os não incluídos no projeto do INCRA, e o agrupamento em uma só área de exploração de vários lotes (a fazenda mais importante possui 12.500 ha). Além da agricultura, o corte e a serragem das madeiras de lei é a principal atividade. As cinco serrarias do distrito empregam cerca de 500 pessoas que compõem a maioria dos assalariados permanentes do local, juntamente com os 160 professores das escolas.

A imensidão do distrito, sua diversidade e as modalidades de ocupação não permitem considerar URUARÁ como representativo da Amazônia brasileira. O distrito não é nem mesmo representativo do Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Altamira, no qual está incluído. A boa qualidade dos seus solos, o fato de que a assistência do INCRA se limitou à demarcação das terras e o sucesso das culturas permanentes (cacau e pimenta) distinguiram-no dos outros distritos do PIC Altamira. Por outro lado, a colonização agrícola representa apenas uma das formas de desenvolvimento da ocupação humana na Amazônia⁶. Mas o estudo do processo de formação desta comunidade permite identificar as etapas fundamentais comuns à maioria dos projetos de colonização agrícola da Amazônia.

De 1970 a 1987, a fronteira agrícola no PIC Altamira conheceu três fases (principalmente na região estudada):

- Um período de estabelecimento de 70 a 80. O INCRA era “o pai e a mãe dos colonos”, segundo a expressão dos colonos;
- De 81 a 84, uma recessão aparente;
- A partir de 85, uma retomada da expansão.

⁶ Salvo talvez em Rondônia; seria a memória do Marechal Rondon, descobridor deste território nos anos 20, a razão pela qual o poder militar não tentou acabar com a colonização por pequenos camponeses?

2.1. Instalação

O Objetivo da colonização na Amazônia era duplo: ocupar o espaço amazônico e resolver os problemas sociais do Nordeste, integrando à economia nacional “amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável”⁷. As declarações governamentais deste tipo, assim como as inúmeras visitas do Presidente da República e dos ministros, fizeram da colonização da Amazônia um grande projeto nacional. O PIC Altamira era a vitrine deste projeto. Altamira I⁸, em uma edição luxuosa, relatava de maneira bastante detalhada as tarefas a serem cumpridas: desde o modo de seleção dos colonos até a separação das mudas de milho segundo os diferentes tipos de solo. Nele encontramos o plano da casa do colono, do posto de saúde, do depósito para estocagem; estão aí determinados o tamanho das roças e as culturas a serem implantadas; são calculadas, igualmente, as quantidades de sementes e de produtos fitossanitários para cada tipo de cultura, bem como a alimentação necessária à sobrevivência da família do colono na espera da primeira colheita, a duração dos trabalhos e a rentabilidade de cada produção. Mas, como declara o próprio presidente do INCRA em introdução ao projeto: “do desconhecimento inicial quase absoluto da área, pelo menos ao nível requerido para um projeto específico, partiu o INCRA para a ação imediata, com base em uma programação de emergência, que sem embargo desse caráter contingencial, já encerrava as diretrizes básicas que acabariam por informar os rumos desse projeto”⁹. O desconhecimento do meio e a precipitação com a qual o projeto foi elaborado (é interessante constatar que o INCRA redigia as diretrizes de instalação dos colonos enquanto os instalava) fazem dele uma construção intelectual desconectada de qualquer realidade local. A primeira consequência foi que Altamira I, anunciado como o primeiro de uma série de projetos, não será jamais seguido por Altamira II. Certas diretrizes tiveram um efeito muito nefasto pois, no tocante à própria estrutura do projeto, elas eram irreversíveis. Em particular, a escolha de um zoneamento retangular que criava, perpendicularmente à estrada Transamazônica, a cada 5 km, uma vicinal de 10 km de extensão, nas margens da qual eram demarcados os lotes de terra de 100 ha (400 m de frente por 2,5 km de fundo). Quando, no local, foi preciso abrir essas vicinais, percebeu-se que algumas delas passavam no meio de rios ou pântanos, outras escalavam colinas com encostas importantes; alguns lotes ficaram sem água enquanto que outros, ao contrário, eram sulcados por dois ou três cursos d’água.

A área do PIC Altamira era uma faixa de terra com largura de 20 a 24 km, atravessada no meio pela Transamazônica, com extensão de 480 km (240 km para cada lado a partir da cidade de Altamira).

⁷ Brasil, Presidência da República, metas e bases para a ação do governo. Set. 1970, p.31.

⁸ Plano de instalação das 3.000 primeiras famílias do PIC Altamira; o único que existirá, pois, os seguintes não serão jamais editados e, provavelmente, nem mesmo redigidos.

⁹ Altamira I (março de 1972).

Entretanto, o projeto só foi executado no interior de um segmento situado a Oeste de Altamira, do km 20 ao km 120; quanto ao resto, ou seja, o que se chamará de “colonização espontânea” em oposição à “colonização dirigida”, o INCRA se contentará, muitas vezes, em apenas demarcar e distribuir as terras ou regularizar os ocupantes sem títulos que se haviam antecipado aos geômetros.

A área que se estende do Km 20 ao Km 120 é, então, a única onde foi colocada em prática uma parte das diretrizes descritas em Altamira I: construção de agrovilas, postos de saúde, algumas escolas, etc. A única também onde foram colocados em prática sistemas planejados de produção.

Globalmente, até o fim dos anos 70, será a produção de arroz, associada à criação de pastagens e à eventual compra de gado (quando os excedentes monetários resultantes da venda de arroz o permitirem) que constituirá o sistema dominante.

A liberação de financiamentos somente para a produção de arroz, no caso dos colonos sem títulos de propriedade (o INCRA só havia distribuído 50 títulos até 1986), é talvez, uma das explicações deste fenômeno (Wood & Schmink 1982: 78-81). No final da década, a produção de arroz está em declínio, o ponto máximo foi atingido em 1976. Outras culturas como pimenta-do-reino e cacau desenvolveram-se lentamente mas seu impacto ainda é fraco. Alguns colonos fornecedores de cana-de-açúcar se aproveitaram da generosidade do Estado que subsidiava os déficits da usina de açúcar. Quase todas as terras previstas, desde o projeto inicial, foram ocupadas. As condições de acesso, no entanto, não melhoraram. As outras infra-estruturas, tais como escolas, postos de saúde, etc. não preenchiam as necessidades da população. A fronteira nos fins dos anos 70 está ainda em estagnação.

2.2. A RECESSÃO APARENTE

Período turbulento no qual o Estado, que havia iniciado seu desengajamento por causa da crise, retira-se quase totalmente. Os créditos subsidiados desaparecem em 1982, a usina de açúcar é privatizada e fecha em 1983. O preço do cacau e da pimenta, que começavam a ter uma produção significativa, cai e a produção desta última é condenada pelas CEBs e pelo sindicato como “produção capitalista” (Hamelin 1988a).

Esse período caracteriza-se por uma crise econômica conjuntural, associada a mudanças profundas e à crise de identidade dessa sociedade que, face ao abandono pelo Estado, vê-se obrigada a assumir suas responsabilidades. A coincidência entre esses dois fenômenos deixou crer que o refluxo da fronteira agrícola já tinha iniciado, enquanto na verdade assistia-se ao parto doloroso de um embrião de organização social, que deveria permitir-lhe a retomada de sua expansão a partir de 1985.

Alguns colonos abandonam a Transamazônica que não é mais cuidada e fica interrompida durante a estação das chuvas. Mas, no meio desta crise, algo mostra que a fronteira está ainda viva. O embrião de vila criado em 79 em torno da escola do Km 180 (futura URUARÁ) se desenvolve. Surge a primeira farmácia, um posto

de gasolina e diversos comércios. Os jovens leigos que junto ao padre visitam e animam as CEBs recebem um início de formação que lhes permite formar os futuros quadros do sindicato. Alguns utilizam esse trampolim para entrar na política.

As divisões administrativas não retificadas no início da colonização deixam a parte oeste do PIC Altamira na dependência do município de Prainha, cuja sede situa-se na margem norte do rio Amazonas, a mais de 4 dias de viagem. Este fato incentivará o reforço do núcleo urbano da futura Uruará. Enfim em 1983, a liberação pelo INCRA de mais de 2.500 lotes de terra de 100 ha trará uma lufada de ar fresco, permitindo a não-inversão dos fluxos migratórios.

2.3. 1984: O novo crescimento

A partir de 1985, a reviravolta será rápida. O sindicato, fundado em 1984, juntamente com a Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar irão ocupar, em junho, a Esplanada dos Ministérios em Brasília e conseguirão a retomada da usina açucareira sob forma de Cooperativa, bem como recursos para reformar e criar novas estruturas (estradas, escolas, postos de saúde, etc.). Alteam-se os preços da pimenta e do cacau, que se tornarão as culturas dominantes do sistema de produção, passando de 24% de colonos possuidores de uma cultura perene em 1983 a mais de 84% em 1986 (Tabela 3), e a uma multiplicação por cinco das áreas cultivadas, aproximadamente (Hamelin 1988a). O ano de 1986 será de grande entusiasmo na esteira da euforia do “Plano Cruzado”, com excelentes colheitas de pimenta e cacau e o dólar alto no câmbio negro¹⁰. O salário dos diaristas será quadruplicado em termos reais, o preço da terra também. A cidade de Uruará conhecerá uma especulação desenfreada, alguns terrenos urbanos e certos comércios serão vendidos a preços 3 ou 4 vezes superiores aos vigentes em Belém, embora Uruará seja uma cidade sem rede de esgotos, sem eletricidade e sem ruas asfaltadas. Já 1987 será um ano mais difícil, a colheita da pimenta será inferior e o preço do cacau entrará em declínio. A expansão mede-se bem lançando-se mão de duas variáveis:

— *A expansão espacial*: se em 1985 a maioria dos lotes de terra liberados em 1983 estavam ociosos, em 1987 eles estão todos ocupados, e a colonização já foi além. Em 1985, falava-se dos “bichos-da-mata” instalados a 30 km da beira da estrada, hoje se encontram importantes grupos de colonos a 50 km; uma vicinal possui uma extensão de 86 km e está totalmente ocupada.

— *O crescimento demográfico* é um outro indicador pertinente (Tabela 2). Se a cidade aproveita ao máximo esse crescimento, o meio rural continua a crescer com índices significativos. Segundo nossas observações de campo em 1988, o crescimento da cidade parece atenuar-se apesar de um fluxo imigratório importante, o que parece significar que o meio rural continua em crescimento.

¹⁰ Uma grande parte da produção era escoada através das redes de contrabando do Médio Amazonas para a Guiana Francesa e o Suriname e, logicamente, paga em divisas trocadas no câmbio negro.

Tabela 3 — Presença das diferentes culturas em 1124 áreas exploradas *

CARAC. PRODUÇÃO	Produção de Grãos		Pimenta		Cacau		Café **		Guaraná		Criação	
	só auto	total	em prod.	total	em prod.	total	em prod.	total	em prod.	total	<10 cabeças	total
Nº de Camponeses envolvidos	362	998	140	462	184	624	178	385	1	128	240	440
%	32,9	90	12,5	41,5	16,5	56	16	45	0	16,5	21,5	39,5

* Durante a pesquisa de 1986, para 1760 chefes de família foram contados 1124 lotes em exploração, o que permite estimar em cerca de 2.100 o número total de lotes cultivados.

** A maioria das plantações de café em produção são de tamanho reduzido; somente 22 propriedades vendem seu produto regularmente.

Nota: 271 lotes (ou seja, 24% dos 1.124 lotes explorados da amostra) comercializam cacau e/ou pimenta e/ou café. 178 (16%) produtores não possuem nenhuma plantação; entre estes, 67 (6%) têm gado.

B. PERSPECTIVAS

1. O futuro do modelo URUARA

Uruará é apenas uma das unidades da fronteira agrícola, mas a análise de suas possibilidades de desenvolvimento bem como das condições que influenciam seu futuro, possibilita determinarem-se eixos comuns ao conjunto da fronteira.

1.1. Intensificação: Possibilidades e condições

Seja econômica, ecológica ou socialmente (Tabela 4), as culturas perenes são hoje o único sistema conhecido de produção agrícola capaz de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento desta comunidade e certamente de muitas outras na Amazônia. O arroz, se condenado como cultura comercial, tem ainda um papel muito importante a desempenhar a nível do auto-consumo familiar, visto que ele pode se manter como cultura intercalar no início das plantações. A criação de gado, condenável social e ecológicamente, e talvez condenada economicamente enquanto monoprodução, tem hoje junto aos pequenos produtores, um papel importante. Eles compram o gado quando a colheita é boa, e o vendem para receber cuidados médicos, construir uma nova casa, ou para enfrentar os anos difíceis; ele é de uma certa forma seu seguro em caso de doença, sua caixa de poupança, sua garantia contra a flutuação dos preços.

Do total das áreas distribuídas, cerca de 10% estão sendo cultivadas; mas 80% da renda comercial são fornecidos pelas plantações de pimenta e de cacau que ocupam menos de 10% desta área. Mais de 80% desta superfície é ocupada por pastagens pouco produtivas, o resto é destinado à produção de arroz, feijão e mandioca, servindo para o auto-consumo. Os excedentes não são nem suficientes para alimentar a cidade de Uruará, onde as lojas vendem arroz e feijão importados do sul do Brasil. O fator terra não é um freio ao desenvolvimento econômico: o volume da produção poderia ser facilmente decuplicado, principalmente graças às imensas possibilidades de intensificação que permitiriam aumentar fortemente o rendimento das plantações. As possibilidades técnicas de um desenvolvimento existem, mas este desenvolvimento só se realizará se o quadro social se consolidar. A comunidade regional terá, sem dúvida, uma grande responsabilidade neste processo, mas o Estado será o fator decisivo, pois é ele o único que tem capacidade de realizar os investimentos de infra-estrutura (estradas, distribuição de energia, etc.), de implantar os serviços de base (saúde, justiça, escola), de sustentar os produtores durante as crises provocadas pela queda dos preços ou pelas más colheitas.

1.2. Limitação do mercado e diversificação

Hoje, a nível mundial, os estoques de café e de cacau se acumulam, os preços baixam, a pimenta deverá, muito em breve, enfrentar a mesma situação; o guaraná, sem um verdadeiro mercado, viu seus preços afundarem em 1987 por causa da entrada em produção das plantações da zona cacauceira da Bahia. O melhoramento da produtividade e dos circuitos comerciais pode permitir manter os níveis de renda dos atuais plantadores, mas não permite prosseguir o ritmo de expansão e menos ainda, a generalização para o resto da Amazônia destas produções. A diversificação das produções é o único caminho realista, as possibilidades são inúmeras, algumas já são praticadas na Amazônia (dendê, suco de fruta, matéria-prima para fabricação de papel), outras são conhecidas (copaíba, rícino, plantas medicinais e a grande variedade de frutos de palmeiras utilizadas tradicionalmente pela população local). Porém, estas possíveis alternativas enfrentam um duplo problema: ou elas alimentam um mercado local muito restrito e não têm a possibilidade, sem infra-estrutura industrial adequada, de absorver uma produção maior, ou são gigantescos complexos agroindustriais concentrados em dezenas de milhares de hectares para a produção de matéria-prima e sua transformação. O que é, além dos riscos agrônômicos e econômicos ligados à monoprodução e os riscos sociais ligados à gerência de mão-de-obra, um modelo inadaptado às representações sociais dos colonos que muitas vezes fugiram de suas regiões de origem para escapar do assalariamento, ansiosos de se tornarem "camponeses-proprietários e independentes" (Araújo 1986) na Amazônia. O exemplo da usina de cana-de-açúcar do Km 90 é bastante revelador neste ponto: o confronto entre os plantadores e o industrial que dirigia a usina não era devido a problemas econômicos, mas sim ao desejo do industrial de adquirir terras e produzir, ele mesmo, 50% da cana para, dizia ele, assegurar o abastecimento regular da usina, o que os plantadores recusavam totalmente, com medo de se transformarem nos satélites da usina, sobre os quais cairia todo o peso das crises.

Tabela 4 — Comparação dos resultados econômicos das quatro produções mais importantes da região de Uruará *

Balanco de 10 anos (4 produções)	Pimenta-do-reino 2 ha	Cacau 8 ha	Arroz 5 ha	Criação: 330 ha Venda de bezerros de 1 ano
Queimada Preparação Plantação (D/H)	416	680	525	2.930
Manutenção Colheita etc. (D/H)	3.400	4.800	4.100	6.600
Quantidades Colhidas (Kg.)	48.000	48.000	90.000	equiv. 180 Bezerro/ano 1.440 bezerros
Produto bruto (US\$)	96.000	48.000	9.000	216.000
Custos (US\$) até 1ª colheita outros financeiros	4.000 3.000 1.600	900 2.800 380	90 36	160.000 100.000 64.000
Valor residual após 10 anos (US\$)	16.000	20.000	0	200.000
Produto financeiro (US\$)	98.400	83.940	8.874	90.000
Total trabalho (D/H)	38.318	5.480	4.825	8.530
Remuneração do trabalho (US\$)	25,8 **3,8	11,8 **5,4	1,9 **0,95	9,5 **0,82
Produto ha/ano (US\$)	4.920 **720	800 **370	178 **88	30 **2,3
Densidade de população teórica (Hab/Km ²)	160	37,5	6	1

* Os dados contidos neste quadro devem ser interpretados como indicadores de tendências. Eles resultam da síntese de informações recolhidas junto aos agricultores, geralmente empregadores de mão-de-obra, que são praticamente os únicos capazes de fornecer indicações precisas sobre o tempo de trabalho. Eles têm, também, rendimentos geralmente superiores à média.

** Simulação de preços: pimenta dividida por 4; cacau e arroz divididos por 2, e queda de 28% do preço da carne.

Nota: D/H — Significa dias de trabalho por homem.

A associação dos plantadores preferiu deixar fechar a usina a ver escapar de suas mãos a exclusividade da produção da cana, que lhe permitia estabelecer, em pé de igualdade, relações contratuais com a indústria.

A melhoria das condições de vida, a manutenção de uma corrente migratória, a fixação da segunda geração, serão as provas tangíveis do desenvolvimento da região. Hoje Uruará está na encruzilhada dos caminhos, os dois esquemas aqui apresentados (Tabela 5) mostram quais são as possibilidades extremas. O desaparecimento das culturas perenes torna o primeiro cenário quase que irreversível. O segundo está longe de ser linear e depende de muitos fatores externos como a situação econômica brasileira e mundial. Gostaria de destacar um ponto importante: a concentração de terra não é uma causa, mas muito mais uma consequência de erros a nível das orientações técnicas (incentivo à criação extensiva) ou de uma estrutura social desequilibrada.

2. Uruará não é independente do resto da Amazônia

A fronteira agrícola na Amazônia entra em concorrência com outros projetos (garimpos, Carajás, grandes barragens, etc.). Tal concorrência pode dar origem a efeitos desestabilizadores caso não haja integração das diversas frentes e compatibilização dos diferentes projetos.

2.1. O risco de super-desenvolvimento

As grandes obras, como a construção de barragens, drenam importantes fluxos de população. Se ainda por cima disto, tais obras são implantadas numa região que já apresenta altas taxas de crescimento demográfico, a desestabilização social torna-se um risco maior (Hamelin 1988b). O projeto Xingu, da ELETRONORTE, poderia vir a aumentar as taxas anuais de crescimento populacional dos 10% atuais a aproximadamente 20%, o que multiplicaria por três a população no fim do projeto. Afora as dificuldades imediatas de gestão de tal fluxo populacional, como esperar que a fronteira agrícola possa absorvê-lo quando as obras terminarem? Reassentar os excedentes através da abertura de uma nova frente agrícola significaria diferir o problema, acelerando ao mesmo tempo o desastre social e ecológico. Numa Amazônia devastada, e na falta de novos espaços, será então necessário enfrentar o coração do problema, que é a organização sócio-política da sociedade.

2.2. A indisponibilidade de mão-de-obra

O título pode parecer contraditório em relação ao do parágrafo precedente. Ele é, mas apenas em parte, pois a procura de mão-de-obra para o desenvolvimento dos projetos energéticos e industriais pode privar o setor agrícola da sua força de trabalho. As zonas de fronteira agrícola em que os sistemas dominantes de produção são grandes consumidores de mão-de-obra podem assim enfrentar fases de recesso (ver 1.2). Já são conhecidos os custos do desenvolvimento industrial baseado

Tabela 5 — Dois Cenários Possíveis para Uruará

SITUAÇÃO HOJE: — Fraca concentração de terras

— Início de difusão de culturas perenes

— Acumulação significativa por parte dos colonos que possuem culturas perenes em produção

A CURTO PRAZO:

A	B
Status quo a nível das infra-estruturas e investimentos sociais. As condições de vida pioram. Os jovens vão para a cidade. A imigração diminui.	Desenvolvimento das infra-estruturas de base. Investimento na formação. Apoio à estruturação de um mercado de trabalho para beneficiar os jovens. Manutenção da imigração.
Falta mão-de-obra	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada.
Aumento das áreas em pastagem.	Desenvolvimento dos serviços e, possivelmente, do setor agro-industrial. Aumento das culturas perenes. Valorização da terra.

A MÉDIO PRAZO:

Queda dos preços da terra	Queda na oferta de empregos (qualidade e quantidade)	A região atrai os migrantes e fixa os jovens. Os lucros da agricultura começam a ser investidos em outros setores	A criação extensiva torna-se não rentável
Queda da fertilidade do solo			
Extensificação destinada a compensar a perda de produtividade	Parada da imigração. Emigração dos jovens	Melhoramento das infra-estruturas (energia, comunicação, saúde, justiça, lazer, etc.)	
Diminuição dos investimentos sociais		Organização e especialização dos produtores	

A LONGO PRAZO:

Criação de latifúndios pouco produtivos	Desenvolvimento de agro-indústrias
Degradação ecológica acentuada	
Abandono da região, demográfica e biologicamente transformada em deserto, provavelmente de maneira não reversível em muitos aspectos	O Município pode chegar a ter 500.000 hab. com somente 15% dos ativos no setor agrícola. A renda por hab. poderia ser cinco vezes mais elevada que a média do Pará.

no sacrifício da agricultura. Além disso, ao custo social de um tal modelo de desenvolvimento, acrescentar-se-ia um pesado custo ecológico, pois certamente haveria substituição das culturas perenes, relativamente bem adaptadas, pela criação de gado com seu lastro de conseqüências ecológicas.

CONCLUSÃO

A realidade amazônica torna-se a cada dia mais complexa. O aparecimento de imprevistos (bacia petrolífera do Juruá, garimpo de Cutia), um conhecimento insuficiente, a pouca viabilidade das estatísticas e as diferenças regionais não permitem dizer como será o amanhã.

Certos itens emergem em meio a essa complexidade:

— A expansão demográfica: muitos pensaram que as taxas de crescimento significativamente elevadas da década de 70 iriam decair durante a década de 80, o que não parece ser o caso hoje. A Amazônia Legal passará provavelmente dos 20 milhões de habitantes em 1990. Porém, as previsões a longo prazo são muito difíceis; afirmar, por exemplo, que a população da Amazônia se situará entre 25 e 60 milhões de habitantes em 2010 não tem utilidade para o planejamento.

— A emergência de um campesinato: a fronteira agrícola contribuiu em parte para a modernização da agricultura do Centro-Sul do Brasil. Hoje esta agricultura, graças a ganhos de produtividade e à sua integração agro-industrial, é o motor do crescimento brasileiro. Essa modernização dá-se paralelamente a um desenvolvimento relativamente harmonioso (se comparado com as megalópolis do tipo São Paulo). Por que os irmãos e os filhos dos autores desse desenvolvimento, juntamente com os migrantes do Nordeste ou os plantadores de cacau da Bahia, não conseguiriam a mesma coisa com outros sistemas de produção na Amazônia?

— O grande potencial econômico da região, traduzido em recursos energéticos, minerais e agrícolas.

— O choque cultural: a sociedade amazônica tradicional só se conscientizou há pouco da deflagração de 1970, e exprime agora sua frustração através da denúncia do colonialismo interno. Se ela está apenas saindo das relações feudais do aviamento, como poderá resistir a essa expansão? Deixar-se-á suplantar simplesmente, como no caso do polígono dos castanhais em Marabá? (Emmi 1988) Será a violência sua forma de reagir, ou deixar-se-á assimilar?

O problema ecológico, desde a degradação do ecossistema local até o começo do efeito estufa, que diz respeito à totalidade da biosfera, encontrar-se-á no centro dos debates. Se a ecologia não for integrada rapidamente como um fator importante corre-se o risco de uma imposição, pela opinião pública mundial, de medidas severas, que impediriam todo desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. 1986. Etude Socio-Anthropologique des communautés de base de la région d'Altamira (Amazonic brésilienne). Dissertation de Maîtrise — Un. Paris x - Nanterre. 160 p.
- BECKER, B. 1982. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BUNKER, S. 1988. *Underdeveloping the Amazon*. Urbana, Univ. of Illinois Press.
- CARDOSO, F. H. M. G. 1977. *Amazônia - expansão do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- EMMI, M. 1988. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém, UFPa/NAEA.
- FOWERAKER, J. 1981. *A Juta pela terra*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HAMELIN, P. 1988a. *Du riz au cacao sur la Transamazonienne*. Paris, Harmattan.
- HAMELIN, P. 1988b. Um Projeto expulsa o outro. Congresso Internacional dos Americanistas. Amsterdã.
- IANNI, O. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- LÉNA, P. 1988. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia: In: *Fronteiras*. Brasília, UNB/ORSTOM, P. 90 - 130
- MEIRELLES FILHO, J. 1986. *A Amazônia — o que fazer por ela?*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- MIRANDA NETO. 1988. *O dilema da Amazônia*. 2. Belém, CEJUP.
- MOOG, V. 1985. *Bandeirantes e pioneiros — paralelo entre duas culturas*. (Civilização Brasileira 15).
- MORAN, E. 1975. *Pioneer farmers of the Transamazon highway*. Gainesville, Univ. of Florida. Tese de doutorado.
- MOUGEOT, L. & ARAGON, L. (orgs.) 1985. O despovoamento do território Amazônico. *Cad. NAEA*. Belém, 6.
- OLIVEIRA, A. 1983. *Ocupação humana*. In: *Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo, Brasiliense, p. 144-323.
- REIS, A. C. F. 1960. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo, Ed. Nacional.
- SANTOS, R. 1980. *História econômica da Amazônia 1800/1820*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- VELHO, O. G. 1972. *Frontes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WOOD, C. H. & SCHMINK, M. 1979. Blaming the victim: small Farmer production in an Amazon colonization project. *Studies in Third World Societies* 7:77-93.